



ESTADOS UNIDOS

Estudantes ocupam prédio de Columbia

Reitoria da principal universidade de Nova York, epicentro das manifestações pró-Palestina no país, ameaça expulsar alunos envolvidos, que rebatizaram o edifício como Hind's Hall, em homenagem a uma criança morta em Gaza. Casa Branca condena o protesto

AFF



Com os rostos e corpos cobertos, universitários bloquearam a entrada de Hamilton Hall com mesas: sem negociação

Ultimato para retirada imediata do acampamento montado nos jardins da Universidade de Columbia, em Nova York, recrudescer os ânimos dos estudantes pró-Palestina, que avançaram nas manifestações. Jovens com os rostos cobertos ocuparam um dos prédios do câmpus, o Hamilton Hall, quebraram janelas e bloquearam as entradas com mesas de metal. A invasão ocorreu horas depois do início da suspensão de universitários pelo descumprimento da ordem para desmontar as barracas dada pela reitora Minouche Shafik. Agora, eles podem ser expulsos.

“Após 206 dias de genocídio e mais de 34 mil mártires palestinos, membros da comunidade de Columbia recuperaram Hamilton Hall pouco depois da meia-noite”, registrou um comunicado emitido pelos organizadores dos protestos. Eles renomearam o prédio como “Hind’s Hall”, em homenagem a uma menina de 6 anos morta na ofensiva israelense contra o grupo islamista palestino Hamas na Faixa de Gaza.

Os manifestantes declararam que permanecerão no edifício até que suas exigências sejam atendidas — uma delas, de que a universidade desfaça todo o envolvimento financeiro ligado a Israel. A instituição rejeita a reivindicação. Na segunda-feira, Minouche Shafik afirmou que as negociações com os estudantes “não conseguiram chegar a um acordo”.

“Os estudantes que ocupam o prédio enfrentam a expulsão”, disse o escritório de assuntos públicos de Columbia em um comunicado, assinalando que aos ativistas foi oferecida “a oportunidade de sair pacificamente”. “Continuar fazendo isso terá consequências claras. Os manifestantes optaram por escalar para uma situação insustentável — vandalizando propriedades, quebrando portas e janelas

e bloqueando entradas — e estamos seguindo com as consequências que delineamos ontem”, prosseguiu a nota, assinada pelo porta-voz da universidade, Ben Chang.

“Abordagem errada”

A ocupação de Hamilton Hall foi condenada pelo presidente

Joe Biden, que nos últimos dias pediu a garantia da liberdade de expressão dos estudantes, mas exigiu que fossem evitados atos de antissemitismo. “O presidente acredita que tomar um edifício do câmpus à força é absolutamente a abordagem errada”, disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby. “Não

é um exemplo de protesto pacífico”, acrescentou.

Por sua vez, o presidente republicano da Câmara dos Representantes, Mike Johnson, chamou os protestos de “terrorismo” e pediu a renúncia de Minouche Shafik.

Principal universidade de Nova York, Columbia está no epicentro dos protestos pró-Palestina

que se espalharam pelos campi dos Estados Unidos nas últimas semanas. De Los Angeles, passando por Austin e Boston, o movimento estudantil abrange universidades renomadas, como Princeton e Harvard. Muitas montaram acampamentos nos gramados depois que cerca de 100 manifestantes foram presos

pela primeira vez em Columbia, em 18 de abril.

Na Universidade do Texas, em Austin, a polícia entrou em confronto com manifestantes na segunda-feira, no qual fizeram o uso de spray de pimenta e prenderam ativistas enquanto desmantelavam um acampamento. Ao todo, mais de 350 pessoas foram detidas em todo o país no último fim de semana.

Os protestos contra a guerra na Faixa de Gaza têm representado um desafio para os administradores universitários que tentam equilibrar os direitos de liberdade de expressão com reclamações de que os atos têm se transformado em antissemitismo e ódio. A Universidade de Columbia enfatizou que a ameaça de expulsão e outras respostas visam às ações dos manifestantes e não à sua causa.

O alto comissário das Nações Unidas para os direitos humanos, Volker Turk, expressou, ontem, sua preocupação com as duras medidas tomadas para dispersar os protestos, afirmando que “a liberdade de expressão e o direito à reunião pacífica são fundamentais para a sociedade”.

Na véspera, a reitora de Columbia relatou que “muitos de nossos estudantes judeus, e também outros, acharam a atmosfera intolerável” nas últimas semanas. “Muitos deixaram o câmpus e isso é uma tragédia”, enfatizou.

Os organizadores dos protestos negam as acusações de antissemitismo, argumentando que suas ações são dirigidas ao governo israelense e à forma como lida com o conflito na Faixa de Gaza. A guerra eclodiu com o ataque sem precedentes do movimento islâmico Hamas ao território israelense em 7 de outubro do ano passado, que deixou 1.170 mortos, a maioria civis.

Getty Images via AFP



Ex-presidente terá que pagar US\$ 9 mil por insultos ao tribunal: prisão se reincidir

Trump multado durante julgamento

Após reiteradas advertências, o juiz Juan Merchan, da Suprema Corte de Nova York, impôs, ontem, uma multa de US\$ 9 mil (em torno de R\$ 46 mil) ao magnata republicano Donald Trump, por insultar o tribunal onde está sendo processado por falsificação de documentos contábeis. Merchan anunciou a decisão na abertura da audiência do julgamento, assinalando que o ex-presidente dos Estados Unidos violou a ordem de não insultar

testemunhas, jurados, membros do tribunal ou seus familiares.

No total, Trump foi multado por nove violações da ordem que havia recebido para não afrontar o tribunal. Cada violação foi punida com US\$ 1 mil. Adversário do atual presidente, Joe Biden, nas eleições de novembro, o republicano foi ordenado a remover “os comentários ofensivos” — sete dos quais foram postados em sua plataforma Truth Social e dois no site de sua campanha eleitoral

Merchan advertiu o magnata que ele poderia ser preso em caso de reincidência. “O tribunal não tolerará violações repetidas de suas ordens e, se necessário e nas circunstâncias adequadas, irá impor uma pena de prisão”, enfatizou o magistrado.

Após o anúncio, Merchan retomou os depoimentos no histórico julgamento do republicano, o primeiro ex-presidente dos EUA a enfrentar acusações criminais. O bilionário é acusado de forjar

documentos para pagar pelo silêncio da atriz pornô Stormy Daniels, com quem ele teve um suposto caso extracônjugal. Trump, segundo a denúncia, falsificou registros comerciais para reembolsar seu então advogado, Michael Cohen, por US\$ 130 mil (R\$ 424 mil na cotação da época) pagos a Daniels poucos dias antes da eleição de 2016, em que derrotou a democrata Hillary Clinton.

Daniels, de 45 anos, cujo nome verdadeiro é Stephanie Clifford, na época ameaçou tornar pública sua

história sobre um suposto encontro sexual com Trump em 2006, o que poderia ter atrapalhado sua campanha à Casa Branca. O republicano nega ter tido relações sexuais com Daniels.

Obrigado a comparecer no tribunal para as audiências, o que limita sua dedicação à campanha eleitoral, ele critica a acusação, dizendo que constitui uma “caça às bruxas” lançada pelos democratas para atrapalhar a sua tentativa de recuperar a Casa Branca.

ARGENTINA

AFF



Policiais em prontidão na Praça do Congresso para conter protestos

Reforma de Milei avança no Congresso

Às vésperas de completar cinco meses à frente da Casa Rosada, o presidente da Argentina, Javier Milei, obteve, ontem, a primeira vitória no Congresso. Deputados votaram a favor das reformas do governo para desregular a economia, após mais de 20 horas de debate. Tanto a chamada Lei de Bases quanto o pacote fiscal foram aprovados em quatro votações distintas. O projeto ultraliberal de Milei, agora, está nas mãos do Senado.

“Esse é um primeiro passo fundamental para tirar a Argentina do pântano que foram as últimas décadas”, celebrou Milei na rede

social X. “Com esse primeiro passo, estamos cada vez mais perto de nos encontrarmos em 25 de maio em La Docta, Córdoba, para dar início a uma nova era de prosperidade para a Argentina”, continuou o presidente, que fez concessões para conseguir aprovar o texto.

O governo insta a aprovação das medidas antes dessa data, para a qual Milei convocou todo o espectro político a assinar um “contrato social” de 10 pontos, incluindo a defesa “inviolável” da propriedade privada e o equilíbrio fiscal “inegociável”.

Os textos começaram a ser discutidos na segunda-feira ao meio-dia. O

debate se prolongou durante toda a madrugada e apenas de manhã houve a primeira votação. Agora os dois projetos legislativos percorrerão um caminho tortuoso no Senado, onde o partido governista possui apenas sete dos 72 assentos.

A Lei de Bases contempla medidas como a declaração de emergência econômica e energética por um ano, a delegação de competências que permita Milei dissolver estatais e a possibilidade de privatizar empresas públicas. Também inclui uma “modernização trabalhista” que, entre outras coisas, modifica o sistema de indenizações e

aumenta os períodos de experiência dos empregados.

Esse ponto específico foi considerado “uma canalhice” pela deputada opositora de esquerda Myriam Bregman. “O que está sendo aprovado aqui é facilitar a demissão de dezenas e dezenas de trabalhadores”, declarou.

A lei prevê ainda um regime de incentivos tributários, aduaneiros e cambiais para grandes investimentos. Também foi aprovada a eliminação ao acesso universal à aposentadoria mínima. Do lado de fora do Congresso, movimentos sociais e sindicais protestavam contra o projeto.